

ATIVIDADES EDUCATIVAS EMANCIPADORAS E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA POSSIBILIDADE REAL OU AINDA IDEALISTA?

João Marcos Saturnino Pereira¹
Antonia Solange Pinheiro Xerez²
Francisco Eraldo da Silva Maia³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir a possibilidade de serem desenvolvidas na Educação Física escolar atividades educativas concretas que possam contribuir para a emancipação humana, no atual contexto da crise estrutural do capital. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, ancorada nos pressupostos ontometodológicos instaurados por Marx. Os resultados apontaram que a realização de atividades educativas emancipadoras na Educação Física é uma possibilidade real, dentro dos limites da escola capitalista. Não se trata de uma pedagogia sistematizada, uma vez que constatamos a impossibilidade de uma educação, em seus conteúdos e em suas formas, que seja emancipadora, libertadora, crítica ou revolucionária na sociedade vigente. Nesse sentido, podem ser realizadas atividades educativas com um caráter emancipador, isto é, articuladas, de modo direto ou indireto, com a luta histórica pela superação do capitalismo, tendo como fim maior da educação e da Educação Física a emancipação humana.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Emancipação Humana. Atividades educativas.

ABSTRACT

This work aimed to discuss if it is possible to develop concrete educational activities in School Physical Education which can contribute to human emancipation in the current context of the structural crisis of capital. For this, we carried out a bibliographical research, anchored in the onto-methodological budgets established by Marx. The results showed which the realization of emancipatory educational activities in Physical Education is a real possibility within the limits of the capitalist school. It is not a systematized pedagogy since we have verified the impossibility of developing an

¹ Doutorando e Mestre em Educação e Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará. Licenciado em Educação Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. E-mail: joao.saturnino@aluno.uece.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho. Mestra em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza. Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Professora do curso Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: antonia.xerez@uece.br

³ Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Licenciado em Educação Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) E-mail: eraldo.maia@barreiros.ifpe.edu.br

education in the current society, in its contents and in its forms, which be emancipating, liberating, critical or revolutionary. In this sense, educational activities with an emancipatory character can be developed, that is, articulated, directly or indirectly, with the historical struggle for overcoming capitalism, and having human emancipation as the main purpose of education and Physical Education.

Keywords: School Physical Education. Human Emancipation. Educational activities.

Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo a possibilidade de uma práxis educativa para os professores de Educação Física a partir das atividades educativas emancipadoras formuladas pelo professor Ivo Tonet, no atual contexto da crise estrutural do capital. Este tema de pesquisa emergiu após as reflexões que foram levantadas no interior das disciplinas *Trabalho, práxis e educação e Estado, sociedade e educação*, do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a partir das leituras e dos estudos que foram realizados em torno da função social do Estado no interior da sociedade capitalista e a forma como ele tem organizado a educação escolar.

Para discutir a problemática deste ensaio partimos de alguns apontamentos históricos. O primeiro aponta que foi a partir do desenvolvimento das forças produtivas que passamos a nos deparar com o surgimento do trabalho alienado⁴ e a divisão da sociedade em duas classes diferentes e antagônicas, a classe dominante e a classe dominada. Nesse viés, além de fundar as classes sociais, o trabalho alienado deu origem, também, às relações de exploração de uma classe pela outra classe, tendo como base de sustentação a divisão social do trabalho instaurado no interior dos novos modos de produção, que surgiram baseados na propriedade privada, entre eles o escravismo, o feudalismo e o capitalismo.

O segundo apontamento é que no interior dessas novas formas de sociabilidade a classe trabalhadora passou a ser a responsável por realizar o trabalho manual, compreendido como a transformação da natureza para a produção de

⁴ Com base nos escritos de Marx, Tonet (2005, p. 106) afirma que nesta forma de trabalho “[...] o trabalhador é expropriado da sua essência humana, porém não no sentido de desapropriá-lo de algo pronto e acabado, mas de impedi-lo de realizar, por intermédio da apropriação da riqueza socialmente produzida, as suas potencialidades especificamente humanas”. Dessa forma, o trabalho que deveria ser uma expressão positiva para a formação do homem passa a ser uma barreira, que dificulta a autoconstrução do indivíduo como membro partícipe do gênero humano.

riquezas que são concentradas nas mãos da classe dominante, classe esta que tem como função social acumular bens por meio da exploração dos trabalhadores. Para essa finalidade, foi preciso que a classe dominante realizasse um outro tipo de trabalho, o trabalho intelectual, caracterizado como um conjunto de atividades que são necessárias para manter o controle dos trabalhadores e a reprodução das relações de dominação e de exploração. Para a realização bem-sucedida dessas atividades, alguns complexos sociais foram fundados a partir do trabalho⁵.

Entre estes complexos encontramos o Estado, utilizado pela classe dominante para exercer a repressão dos trabalhadores e promover a garantia dos seus interesses, assim como a defesa da propriedade privada. Neste sentido, Marx e Engels (2007, p. 76) apontam que sendo o Estado a forma “[...] na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado e adquirem por meio dele uma forma política”. Então, é preciso entender que essa forma política é conservadora e reacionária, sendo, portanto, compatível apenas com os interesses da classe dominante.

E como a educação, em especial, a de sentido *estrito*⁶ é de interesse da classe dominante, o Estado passa a estabelecer os fins e a organizar formalmente o sistema educativo de tal forma que ele possa contribuir para a reprodução sociedade vigente. Para esse fim é necessário que oferte uma educação para o trabalho, adequado aos interesses do capital. E claro, essa educação deve assumir um viés ideológico, buscando tornar os interesses privados da classe dominante em interesses universais.

⁵ A partir do trabalho, novos complexos sociais foram fundados para que pudessem atender às novas necessidades e possibilidades que surgiram com a organização dos homens em sociedade. Entre eles podemos mencionar aqui o Estado, o direito, a educação, a Educação Física, a ciência, a política, a religião, a economia, a arte e outras dimensões da vida humana.

⁶ Com base nos escritos de Lukács (2013), podemos afirmar que encontramos no interior do complexo educativo duas formas distintas de educação: a de sentido *lato* e a de sentido *estrito*, no qual elas exercem uma relação de mútua influência no decorrer da formação do ser social. A educação em sentido *lato* é encontrada em todas as formas de sociedade e está ligada ao cotidiano dos homens, sendo, assim, uma educação espontânea, sem uma dada sistematização e sem um lugar específico para os processos educativos ocorrerem, estando associada com os interesses comuns dos homens e não de uma classe social específica. Por outro lado, a educação em sentido *estrito* é uma educação sistematizada, que não ocorre mais no cotidiano dos homens, mas sim em um lugar como os sindicatos, as igrejas e as escolas (Lima; Jimenez, 2011). Diferentemente da educação de sentido *lato*, a educação em sentido *estrito* não se relaciona com os interesses comuns dos homens, mas com os interesses sociais da classe dominante. Essa educação está centrada na apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados pelo conjunto da humanidade, a exemplo dos conhecimentos religiosos, científicos, filosóficos, artísticos e da cultura corporal.

Assim, são inculcados nos alunos os valores necessários para que eles acreditem que o capitalismo é a melhor forma de sociabilidade já construída, podendo apenas ser melhorada, mas não superada.

Desse modo, sendo a educação formal uma demanda da classe dominante, questionamo-nos: é possível que sejam desenvolvidas na Educação Física escolar, no atual contexto da crise estrutural do capital, atividades educativas concretas que possam contribuir para a emancipação humana? Julgamos necessário que os professores engajados na luta pela superação do capitalismo compreendam as possibilidades e as limitações do complexo da educação e da Educação Física. Isso é preciso para que esses dois complexos não sejam subestimados ou que sejam apresentados como absolutamente autônomos no processo de transformação da sociedade, uma vez que é ao trabalho que pertence essa centralidade ontológica e não ao complexo da educação ou da Educação Física.

Com base nisso, o artigo teve como objetivo: discutir a possibilidade de serem desenvolvidas na Educação Física escolar, no atual contexto da crise estrutural do capital, atividades educativas concretas que possam contribuir para a emancipação humana. Para atingir esse fim, realizamos uma pesquisa bibliográfica, ancorada nos pressupostos onto-metodológicos instaurados por Marx, responsável por inaugurar um novo padrão científico-filosófico na produção de conhecimento (Tonet, 2016), capaz de investigar a realidade social, tendo como eixo central o próprio objeto, possibilitando, com isso, que o pesquisador possa compreender a estrutura e a dinâmica do objeto investigado como ele é na sua essência real.

Vale destacar que o padrão marxiano de produção de conhecimento busca atender os interesses da classe trabalhadora, diferenciando-se, portanto, dos padrões defendidos pela classe dominante, que não possibilitam a compreensão da realidade social como ela é, visto que a problemática do conhecimento é abordada apenas do ponto de vista gnosiológico e não ontológico. Dessa maneira, fica entendido que do ponto de vista gnosiológico o pesquisador é o polo regente do conhecimento, e do ponto de vista ontológico o polo regente está no objeto e não cabe ao pesquisador “[...] criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (Tonet, 2016, p. 16).

Desenvolvimento

O estudo encontra-se dividido em duas seções. Sendo assim, na primeira seção, abordamos sobre a organização da escola no atual contexto da crise estrutural do capital. Na segunda, tratamos sobre as atividades educativas emancipadoras, correlacionando a discussão com a práxis educativa desenvolvida pelos professores de Educação Física que atuam no espaço escolar.

A organização da escola no contexto da crise estrutural do capital

No interior das sociedades de classes, como é o caso do Brasil, encontramos duas classes diferentes e antagônicas, que buscam no contexto da luta de classes afirmarem o seu projeto histórico de sociedade. De um lado, temos a classe dominante que defende a manutenção da sociedade vigente e as relações de dominação e de exploração do homem pelo homem, condição necessária para que ela possa se manter no poder. Por outro lado, deparamo-nos com a classe trabalhadora, que está submetida às relações de dominação e de exploração, sendo esta a classe responsável por produzir toda a riqueza social, sem que ela possa se apropriar, de forma plena, dos bens produzidos por do trabalho.

Nesse contexto, o projeto de sociedade que orienta a luta da classe trabalhadora não dialoga com a organização social defendida pela classe dominante, uma vez que apenas a superação da ordem capitalista por outra forma de sociabilidade superior a esta é que pode garantir condições dignas de existência para toda a humanidade (Tonet, 2016). Diante disso, percebe-se que o antagonismo existente entre essas duas classes manifesta-se no interior dos diferentes complexos sociais, o que é visto como uma vantagem para a classe dominante, tendo em vista que o Estado, o direito, a educação, a política e outras dimensões da vida humana são geridos por esta classe social.

Desse modo, estes complexos sociais são organizados de tal forma que os interesses da classe dominante sejam atendidos, possibilitando que os seus ideais sejam afirmados socialmente. Como isso é possível? Certamente, por meio da reprodução do seu discurso ideológico, que tem como função social inculcar na classe trabalhadora uma representação ilusória das condições sociais concretas, sendo, assim, ocultada a realidade social e os embates em torno da luta de classes. Nesse

sentido, podemos afirmar que a classe dominante propaga socialmente um conteúdo falso da realidade, que leva até mesmo a classe trabalhadora a defender os interesses da classe que lhe explora.

Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 47, grifo dos autores) ressaltam que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Esse é um cenário permanente no capitalismo? Consideramos que sim, pois é da natureza desse sistema garantir a hegemonia da classe dominante. E quando essa hegemonia é posta em ameaça, como encontramos no atual contexto da crise estrutural do capital, novas formas são organizadas para favorecer os interesses da classe dominante e a manutenção dessa forma de sociabilidade. Como resultado, as relações de exploração do homem pelo homem são ampliadas, assim como a precarização do trabalho, o desemprego, a violência, a defesa da propriedade privada, a miséria e a devastação do meio ambiente, atingindo, dessa forma, o conjunto da humanidade e os diferentes complexos sociais.

Somado a isso, Mészáros (2000, p. 7, grifo do autor) destaca que a crise contemporânea do capital é uma crise sem precedentes, na qual a “[...] sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. A novidade histórica dessa crise é que ela se manifesta em quatro aspectos principais, isto porque ela possui um *caráter universal*, um *alcance global*, uma *escala de tempo permanente* e o seu *modo de operar é rastejante*, sendo os quatro aspectos sintetizados da seguinte forma pelo filósofo húngaro:

(1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);

(3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Mészáros, 2011, p. 795-796, grifo do autor).

Percebe-se, portanto, que “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (Mészáros, 2000, p. 8). Diante disso, na tentativa de controlar e reverter a crise atual, a classe dominante, com apoio do Estado, busca desenvolver ações com o objetivo de fazer com que o capitalismo possa continuar se reproduzindo enquanto um modo de produção hegemônico. Nesse sentido, podemos afirmar que a classe dominante está tentando reformar o que é irreformável, controlar o que é incontrolável, uma vez que a crise em curso é de natureza duradoura, deixando em evidência a ameaça do capital⁷ para a existência da humanidade.

À vista disso, Moreira e Maceno (2012, p. 184) apontam que:

Como o capital, por fundamentar-se em uma relação de autoalienação, não pode controlar a si próprio, isto é, não pode impor freios ao seu ímpeto acumulatório, em um quadro estrutural onde as estratégias historicamente recorrentes de deslocamento das suas crises tornam-se incapazes de contornar a ativação de seus limites últimos, resta-lhe jogar para a dimensão da política as tentativas de correção dos defeitos estruturais de sua crise absoluta.

Essa citação explicita o caráter universal da crise estrutural do capital, apontado logo acima, uma vez que na medida em que todos os complexos sociais são afetados, eles passam ao mesmo tempo a tentar corrigir as distorções que levam ao

⁷ Cabe ressaltar que para Mészáros capital e capitalismo são fenômenos diferentes. Nesse sentido, Ricardo Antunes, na introdução do livro *A crise estrutural do capital*, escrito por Mészáros (2011, p. 10), esclarece que “O sistema de capital, segundo o autor, antecede o capitalismo e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é *uma* das formas possíveis de realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real*, do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno”.

agravamento dessa crise. Assim, o Estado passa a exercer forte influência na organização dos diferentes complexos sociais que se relacionam com a organização da sociedade e a sua reprodução social como a política, o direito e o complexo da educação, no qual, no interior deste último, tem sido implementado, a partir dos anos 1970, um conjunto de políticas educacionais de cunho neoliberais, voltadas para uma nova organização da educação escolar.

Em razão disso, Santos (2017, p. 15-16) destaca que:

O atual estágio do capitalismo contemporâneo, que se encontra em crise profunda, demanda, por intermédio da administração do Estado, uma escola que forme o trabalhador para um mundo em 'câmbio constante'. Esse 'novo' modelo escolar apresenta algumas especificidades: planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática, avaliação, entre outros elementos do processo de aprendizagem-ensino que possam oferecer garantias ao próprio Estado, aos empresários e às agências internacionais de orientação e monitoramento, que essa educação terá a eficiência almejada pelo mercado de trabalho capitalista.

Diante do que já discutimos, vale, agora, um questionamento: é possível ser implementada no interior do capitalismo uma pedagogia socialista, voltada para a orientação das práticas educativas concretas em direção à emancipação humana? Consideramos que essa é uma questão cara para os professores que se ancoram na teoria marxiana e lutam pela superação dessa forma de sociabilidade. Entendemos, também, que a resposta para essa pergunta carece de uma análise concreta do complexo da educação, sendo os pressupostos que aqui nos ancoramos os mais indicados para que o objeto investigado seja traduzido como ele é na sua essência real e não dentro de uma perspectiva idealista.

Consideramos, neste texto, pedagogia como uma teoria da educação, capaz de orientar a prática educativa com vistas a alcançar os fins propostos por determinada classe social, contendo no seu interior uma concepção de homem, de sociedade e de educação, podendo ser conservadora ou revolucionária. Conforme já relatamos, a disputa pela hegemonia de uma classe sobre a outra também se manifesta no interior do complexo da educação. Ciente disso, alguns autores buscaram elaborar uma teoria da educação, ancorando-se nos escritos de Marx e Engels, perspectivando, como isso, criar uma pedagogia socialista, capaz de atender os interesses da classe trabalhadora.

Aqui no Brasil, autores como Paulo Freire, Libâneo, Saviani e o Coletivo de Autores⁸ elaboraram, cada um ao seu modo, uma pedagogia socialista, dando origem, respectivamente, à Pedagogia Libertadora, à Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, à Pedagogia Histórico-Crítica e, no âmbito da Educação Física, à Pedagogia Crítico-Superadora. Isso nos leva a responder à pergunta realizada logo acima: com base na realidade concreta, consideramos que não é possível ser implementado no interior do capitalismo uma pedagogia socialista, voltada para a orientação das práticas educativas em direção à emancipação humana, pois para isso é preciso outra realidade objetiva.

Essa afirmação pode ser recebida com muita estranheza por alguns professores, mas preferimos isso a escrever um texto que não dialogue com a realidade concreta do complexo da educação e da Educação Física no atual contexto da crise estrutural do capital. Dito isso, é preciso que fique nítido para o leitor que essa discussão assume o ponto de vista ontológico e não gnosiológico, e que os pressupostos aqui defendidos não vão ao encontro de uma perspectiva crítico-reprodutivista da educação e da Educação Física, a qual considera que a função social da educação escolar é apenas reproduzir as relações e as ideologias capitalistas. Posto isso, buscaremos fundamentar o nosso ponto de vista.

Para iniciar, é preciso destacar que o que esses autores que elaboraram uma pedagogia socialista têm em comum, além de se referenciarem no marxismo, é que para eles os países chamados de socialistas eram realmente socialistas, embora com muitas deficiências, limitações e deformações (Tonet, 2016). No entanto, partindo da análise do trabalho como categoria fundante do ser social e de qualquer outra forma de sociabilidade que possa existir, é possível constatar que não tivemos ainda uma sociedade socialista, uma vez que o trabalho assalariado, presente no capitalismo, não foi substituído por uma outra forma de trabalho, responsável por fundar um novo modo de produção.

Em torno dessa discussão, Tonet (2016, p. 38) reitera:

⁸ A perspectiva da cultura corporal é assumida pela Pedagogia Crítico-Superadora, elaborada por um Coletivo de Autores (Carmen Lúcia Soares; Celi Nelza Zulke Taffarel; Elizabeth Varjal; Lino Castellani Filho; Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht), responsáveis pelo Livro *Metodologia do Ensino de Educação Física* (Coletivo de Autores, 1992). Essa teoria pedagógica pauta-se no Materialismo Histórico-Dialético e situa-se no campo das teorias críticas da educação, tendo como referência as concepções filosóficas desenvolvidas pelo professor Dermeval Saviani (Castellani Filho, 1999).

Esse é o pano de fundo para a elaboração teórica que, partindo dos textos de Marx e assumindo aquele pressuposto de que o socialismo estava efetivamente sendo construído, buscava traduzir praticamente aquelas orientações em um conjunto de diretivas para uma educação de caráter socialista. Uma das peças-chave desse pressuposto era a questão da relação entre trabalho e educação. A superação da cisão – típica da sociedade burguesa – entre trabalho manual e trabalho intelectual seria de absoluta importância, dada a relevância do trabalho. Ora, a superação dessa cisão parecia estar sendo possibilitada exatamente pelo que se considerava ser a nova forma do trabalho em andamento nesses ‘países socialistas’.

Com base em Tonet (2016), percebe-se, então, que há uma interpretação equivocada por parte desses autores em torno do que realmente tenha acontecido nos países chamados socialistas. Apesar disso, temos ciência de que não é justo condenarmos em sua totalidade as produções desses autores, pois elas trouxeram contribuições importantes para a discussão em torno das teorias da educação e da Educação Física no Brasil. Foi por intermédio delas que muitos professores passaram a compreender melhor a organização da sociedade atual. Todavia, embora as suas contribuições sejam relevantes, é preciso que fique claro que essas pedagogias não encontram condições objetivas para serem desenvolvidas no interior de uma sociedade capitalista como é o caso do Brasil.

A respeito disso, Tonet (2016, p. 41-42, grifo do autor) aponta três razões:

Primeira: se tomarmos o conceito de socialismo como sinônimo de comunismo, então uma pedagogia socialista (comunista) só poderá existir em uma sociedade comunista. Acerca desta, podemos, neste momento, traçar os parâmetros essenciais, pois estes têm a sua base nas categorias do trabalho, em sentido ontológico, e do trabalho associado, cujos elementos nucleares podem ser abstraídos desde hoje do processo real. Não podemos, todavia, e nem faria sentido, pretender explicitar como ela seria em sua concretude. Só com a vigência efetiva do trabalho associado se poderá concretizar uma pedagogia socialista. A meu ver, isso é comprovado até por todos aqueles teóricos da educação que tomaram como pressuposto o trabalho nos países ditos socialistas. Foi exatamente por pressuporem que aquela forma de trabalho era, ainda que incipientemente e com muitas limitações, o embrião do trabalho associado que eles desenvolveram uma pedagogia que pretendiam que fosse socialista.

Segunda: se tomarmos o conceito de socialismo como expressando o momento de transição entre capitalismo e comunismo, após a quebra do poder político da burguesia, então estaremos um pouco mais próximos do processo concreto visto que há elementos que podem ser abstraídos das tentativas revolucionárias socialistas e auxiliar na elaboração pedagógica. Vai, aqui, no entanto, uma observação importantíssima: todas essas tentativas revolucionárias realizaram, quando muito, apenas o primeiro momento da revolução, ou seja, a quebra do poder político (Estado) da burguesia, mas, por circunstâncias que, por brevidade, não posso mencionar aqui, se viram impedidas de prosseguir em direção ao segundo. Como

sabemos, desde Marx, o segundo e essencial momento da revolução é exatamente a entrada em cena do trabalho associado, ou seja, uma transformação no processo de trabalho que faça avançar a produção no sentido do valor de uso e retroceder o valor de troca. Por isso mesmo, essas tentativas revolucionárias não foram, a meu juízo, revoluções efetivamente socialistas. Vale lembrar: supressão político-jurídica da propriedade privada, planejamento centralizado da economia, autogestão das fábricas e outros locais de produção, trabalho cooperativo, nada disto configura trabalho associado. Por isso mesmo, qualquer elaboração teórica que pretenda levar em consideração essas experiências para construir uma pedagogia socialista (transição) deve ser extremamente cuidadosa. Como aquelas sociedades não eram de fato socialistas e nem sequer em transição para o comunismo, no que toca ao essencial (o trabalho associado), é impossível extrair delas mais do que elementos tópicos para essa elaboração.

Terceira: se levarmos em conta o momento atual, ou seja, um momento em que ainda não se efetivou nem sequer o primeiro passo da revolução socialista, então, a meu ver, é preciso considerar com seriedade essa situação concreta. Ora, o que ela nos diz? Em primeiro lugar, que a educação é organizada, em sua forma e em seus conteúdos, para atender, prioritária e majoritariamente, os interesses do capital. O papel principal nessa organização cabe ao Estado. Este, por sua vez, não importa quantas e quais formas assuma é, em sua essência, um instrumento a serviço do capital. O Estado tem uma dependência ontológica em relação ao capital como já asseverava Marx, com toda clareza, nas *Glosas críticas*. Leis, normas, organização, conteúdos gerais, currículos, procedimentos pedagógicos tudo isso está sob a égide, direta ou indireta, do Estado, mesmo quando, de alguma forma, como na chamada “Pedagogia da Terra” e outras propostas progressistas, se pretende fugir a esse controle.

Logo, constata-se que as pedagogias socialistas não dialogam com as condições objetivas encontradas no interior do sistema capitalista. Isso nos remete a analisar o ponto de vista que foi assumido por esses autores ao elaborarem essas teorias, que nos parece ter sido o gnosiológico e não o ontológico, tendo em vista que a voz dos sujeitos se sobrepõe a realidade do complexo da educação e da Educação Física na sociedade atual. Portanto, corroboramos as palavras de Tonet (2016, p. 39) quando afirma que as propostas elaboradas por estes autores “[...] esbarram na realidade objetiva. Ora, de algum modo, isto é exatamente o que define o idealismo: a regência da subjetividade sobre a realidade objetiva”.

Devemos, de agora em diante, acreditar que não é possível a educação e a Educação Física escolar contribuírem para a superação do capitalismo? O presente texto não busca fomentar o imobilismo e nem um pensamento derrotista. Ao contrário disso, defendemos a análise da realidade objetiva como ela é. Com isso, passamos a compreender que não é possível no interior do atual sistema ser implementada uma pedagogia emancipadora, libertadora, crítica e que contribua para a superação dessa forma de sociabilidade. Assim sendo, acreditamos que qualquer proposta –

sistematizada – que se proponha a isso, no atual contexto da crise estrutural do capital, estará fadada ao fracasso.

Isso se justifica pelo fato das pedagogias socialistas terem no seu interior uma metodologia própria de ensino, uma concepção de currículo, de homem, de sociedade, de trabalho, de avaliação e de organização do fazer docente que não dialoga com os interesses do Estado e com a formação escolar que é necessária para a reprodução do sistema capitalista e das relações do capital. Diante disso, abordaremos, na próxima seção, as possibilidades reais que encontramos no interior do capitalismo para a realização de uma práxis educativa que esteja direcionada para a superação dessa forma de sociabilidade. Para isso, tomamos como base as atividades educativas emancipadoras formuladas por Ivo Tonet.

Atividades educativas emancipadoras na Educação Física escolar

As atividades educativas emancipadoras que abordaremos nesta seção não carregam no seu interior uma ligação com a Pedagogia Crítico-Emancipatória defendida, no âmbito da Educação Física, por Kunz (2014). Embora não se constituam como uma pedagogia, as atividades educativas emancipadoras relacionam-se com os interesses da classe trabalhadora e com a luta histórica pela superação do capitalismo. Diferente disso, o próprio Kunz (2014) confirma que a sua teoria busca contribuir com as reflexões e as produções didático-pedagógicas da Educação Física, sem grandes pretensões em relação à resolução dos problemas da área, muito menos com os problemas da sociedade e do mundo.

Nesse sentido, a emancipação é compreendida apenas como:

[...] o processo que media o uso da razão crítica e todo o seu agir social, cultural e esportivo, desenvolvidos pela educação. Ao induzir à autorreflexão, esta deverá possibilitar aos alunos um estado de maior liberdade e conhecimento de seus verdadeiros interesses, ou esclarecimento e emancipação, entendida como o processo de libertar o jovem das condições que limitam o uso da razão crítica e todo o seu agir social, cultural e esportivo que se desenvolve pela educação. A emancipação só é possível quando os agentes sociais, pelo esclarecimento, reconhecerem a origem e os determinantes da dominação e da alienação (Taffarel; Morschbacher, 2013, p. 49-50).

Dessa maneira, constata-se que a concepção de emancipação presente na teoria de Kunz (2014) tem como base teórica os escritos de Habermas. Assim, não

encontramos no interior da Pedagogia Crítico-Emancipatória um projeto de Educação Física que vislumbre a transformação estrutural da sociedade capitalista, apenas a emancipação do sujeito a partir do processo de libertação das condições que limitam o uso da razão crítica. Por outro lado, as atividades educativas emancipadoras se ancoram na teoria marxiana e defendem a emancipação humana, contrapondo-se, portanto, à emancipação política que é conservadora e reacionária, sendo esta amplamente defendida pela classe dominante.

É preciso que fique claro que a emancipação humana é para Marx (2010) o mesmo que comunismo, ou seja, uma nova forma de sociabilidade em que a produção material da existência humana passa a ser organizada a partir do trabalho associado, superando, assim, as relações postas pelo trabalho alienado. Com isso, as forças produtivas e as relações de produção passam a estar voltadas para satisfazerem as necessidades humanas e não as que são necessárias para a reprodução do capital. Nesse contexto, podemos afirmar, com base em Marx (2013), que o trabalho abstrato, produtor de valores de troca, passa a desaparecer, cedendo espaço para o trabalho concreto, produtor de valores de uso.

Em caráter de síntese, a emancipação humana pode ser entendida como:

Uma forma de sociabilidade que, por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades. Essa seria a forma mais elevada possível da sociabilidade e da liberdade humana. Como ainda diz Marx, seria a articulação entre o “reino da necessidade” (que, para ele, ainda é o trabalho associado) e o “reino da liberdade” (o tempo livre). Essa forma de sociabilidade implica, necessariamente, a superação radical de todas as categorias (econômicas, políticas, ideológicas e sociais) que perfazem o modo de produção capitalista (Tonet, 2014, p. 11).

A respeito disso, cabe esclarecer uma questão: a superação do capitalismo por uma sociedade comunista é uma possibilidade real ou idealista? A partir dos acontecimentos históricos reais, que levaram a passagem do feudalismo para o capitalismo, podemos afirmar que é uma possibilidade real e não apenas idealista como defende a classe dominante. Esse fato comprova que a realidade é construída histórica e socialmente pelas ações humanas. Logo, como foi possível a transição do feudalismo para o capitalismo, também, é possível a transição dessa sociedade para

uma forma de sociabilidade na qual os homens e as mulheres poderão ser realmente livres e iguais, isto é, uma sociedade comunista.

A construção desta forma de sociedade implicará um duro e complexo processo de lutas do proletariado e seus aliados (outras classes ou segmentos de classe que possam ser atraídos) contra a burguesia e também seus aliados; lutas essas que se darão nos mais variados campos – econômico, político, social e ideológico (Tonet, 2014, p. 12).

É nesse contexto que as atividades educativas emancipadoras são vistas como um instrumento de grande importância para a classe trabalhadora, uma vez que elas se relacionam com os seus interesses sociais. Entretanto, o que é uma atividade educativa emancipadora? Podemos afirmar, com base em Tonet (2014), que é uma atividade que está articulada, de modo direto ou indireto, com a superação da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade comunista. Essas atividades, embora de forma limitadas no interior da sociedade capitalista, podem ser desenvolvidas em vários espaços, sendo o foco dessa discussão a práxis educativa desenvolvida pelo professor de Educação Física na escola.

Nesse sentido, uma práxis educativa que esteja ancorada nessa concepção é radicalmente crítica e revolucionária, diferenciando-se, portanto, de qualquer perspectiva reformista que, de forma consciente ou inconsciente, passa a defender uma educação cidadã, compatível apenas com a manutenção do capitalismo e a reprodução da emancipação política. Sendo assim, a partir dos espaços encontrados na Educação Física escolar, o professor deve possibilitar aos alunos o acesso a um conhecimento de caráter revolucionário, trabalhando os conteúdos da cultura corporal dentro de uma perspectiva ontológica histórico-social, desvendando as contradições da sociedade capitalista.

É somente o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos e da cultura corporal dentro de uma perspectiva revolucionária que pode possibilitar a compreensão da realidade social como ela é verdadeiramente, além de contribuir para a formação de sujeitos que pensem para além do capital, como tem defendido Mészáros (2008). Nesse viés, cabe destacar que apenas a classe trabalhadora se interessa pela verdade. Ao contrário disso, a classe dominante se interessa em ocultar a verdade presente na realidade social, pois isso é uma condição necessária para que

ela possa se manter no poder, garantindo, assim, a manutenção do capitalismo e a reprodução dos seus privilégios de classe.

Nessa perspectiva, Tonet (2014, p. 15-16) acrescenta que:

A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo. Portanto, de um conhecimento que esteja, por sua própria configuração, intimamente articulado com a transformação radical do mundo. Esta compreensão não lhe é, de modo algum, fornecida pelo simples acesso ao conhecimento sistematizado. Este simples acesso contribuirá, no máximo, para uma formação de alto nível, mas conservadora.

Não se trata aqui de politizar todos os conteúdos da cultura corporal, possibilitando a perda da especificidade da Educação Física no espaço escolar que, para esta concepção, é introduzir os alunos no universo da cultura corporal, tendo como objetivo final a emancipação humana. Logo, defendemos que as diferentes práticas corporais, elaboradas historicamente pela humanidade, sejam trabalhadas dentro de uma perspectiva teórica e prática. Temos ciência de que isso sempre se dará de forma precária no interior do capitalismo. Isso porque a Educação Física, enquanto uma dimensão da vida humana, necessária para a formação do ser social, é inferiorizada no currículo escolar e na formação humana.

É preciso que fique claro que as possibilidades encontradas no atual contexto da crise estrutural do capital para o desenvolvimento das atividades educativas emancipadoras são reduzidas. Todavia, no momento hodierno, qualquer atividade revolucionária encontra barreiras no seu desenvolvimento, seja dentro ou fora do espaço escolar. Isso ocorre porque todas as dimensões da vida humana estão organizadas de tal forma que os interesses do capital sejam defendidos e não combatidos. No entanto, não podemos cair no imobilismo e pensar que nada pode ser realizado, tendo em vista que o capitalismo, dadas as suas contradições, acaba abrindo alguns espaços para uma práxis educativa revolucionária.

É nesses momentos que as atividades educativas emancipadoras encontram pequenas oportunidades para serem trabalhadas no interior da escola capitalista. É preciso enfatizar que se procurarmos uma didática das atividades educativas emancipadoras propostas por Tonet (2005, 2014) não encontraremos. Elas carregam no seu interior uma abordagem – filosófica – e não metodológica como as pedagogias

socialistas. Isso não significa que estamos afirmando que as teorias socialistas não possuem uma base de sustentação filosófica, pois já discutimos esse aspecto e ficou evidente onde elas se ancoram.

A respeito disso, Rossi (2018, p. 52, grifo do autor) esclarece que:

[...] se buscarmos bases, programas, conteúdos, currículos e “uma didática” das *atividades de cunho emancipador* como debatido por Tonet, a investigação já está – desde o início – fadada ao fracasso. Não há uma “receita de bolo”; “palavra mágica” ou “didática” presente na obra deste autor no que concerne ao debate sobre o complexo da educação. Há, todavia, uma análise crítica e revolucionária de cunho *histórico-ontológico* (*claramente a partir da ontologia marxiana*), isto é, uma análise da educação em meio a um “complexo de complexos” no ser social que se articula a esta totalidade, tendo no trabalho sua categoria fundante.

Mas, então, o que propõe Ivo Tonet? De forma honesta e cautelosa e tomando como ponto de partida as atuais condições históricas, Tonet propõe cinco requisitos para uma atividade educativa que pretenda contribuir para a emancipação humana. Dessa forma, não encontramos na obra desse autor uma proposta didática, uma concepção de currículo e nem de avaliação da aprendizagem sistematiza, mas sim uma concepção de sociedade e de desenvolvimento social que orientam a práxis educativa dos professores no sentido revolucionário. Posto isso, abordaremos os cinco requisitos que são necessários para a realização de uma atividade educativa emancipadora na Educação Física escolar.

O primeiro requisito é o professor ter como fim maior da educação e da Educação Física a emancipação humana, isto é, a superação do capitalismo e a instauração de uma sociedade comunista. Temos ciência de que considerar apenas isso como suficiente para a obtenção de êxito com o que se pretende com a ação educativa é um equívoco, porém, não podemos negar que a falta de clareza nesse objetivo, certamente, levará ao fracasso da atividade. “Nesse caso, o domínio amplo e aprofundado a respeito do fim que se quer atingir é apenas um dos momentos – da mais alta importância, sem dúvida – de que é preciso apropriar-se para conferir à ação educativa um caráter emancipador” (Tonet, 2005, p.231-232).

Para definir isso com clareza, o professor precisa conhecer o processo histórico desde as suas origens até os dias atuais, tomando como ponto de partida o trabalho enquanto a categoria fundante do ser social e de qualquer forma de sociabilidade que possa existir. Nesse sentido, apenas os fundamentos ontológicos elaborados por Marx

e Engels podem possibilitar uma compreensão sólida da histórica da humanidade, uma vez que os seus fundamentos embasam uma concepção materialista da história, possibilitando que os professores comprehendam que a realidade é construída histórica e socialmente pelos homens e não por forças divinas. Portanto, a construção de uma sociedade comunista é uma possibilidade real e não idealista como defende a burguesia. Desse modo, cabe aos professores de Educação Física:

A correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. Infelizmente, por uma série de circunstâncias históricas, o ideário comunista foi profundamente deformado e deturpado, tanto teórica como praticamente. Desse modo, o resgate de sua integridade é necessário para que possa ser assumido como um objetivo digno de ser perseguido. Assim como o capitalismo exige a internalização de ideias, valores e comportamentos adequados à sua reprodução, também a construção de uma sociedade comunista demanda que as pessoas se convençam da superioridade dessa forma de sociabilidade sobre a atual sociedade. Uma fundamentação sólida dessas convicções tem que tomar como ponto de partida a categoria do trabalho e compreender como, a partir dela, originam-se todas as outras dimensões da vida social. O exame do processo histórico, a começar por essa categoria, mostraria que toda forma de sociabilidade teve, como seu fundamento, uma determinada forma de trabalho. O trabalho de coleta fundou a sociedade em sua forma primitiva, o trabalho escravo fundou a sociedade escravista, o trabalho servil fundou a sociedade feudal e o trabalho assalariado fundou e continua a fundar a sociedade capitalista. Desse modo, a sociedade comunista também deverá ter uma determinada forma de trabalho como o seu fundamento. Este é o trabalho associado, uma forma de trabalho em que os produtores controlam de forma, livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material e, a partir daí, o conjunto do processo social (Tonet, 2014, p. 19-20).

Uma vez incorporada essa concepção de mundo histórico-materialista, o educador estará livre das falsas ontologias e das explicações ideológicas que buscam explicar a origem e o desenvolvimento da humanidade partindo do universo. Isso porque a análise marxiana faz um movimento inverso, ela parte da terra, deixando claro que a realidade é fruto de um processo histórico e social, portanto, produzida pelos homens de “carne e osso”. Diante disso, é preciso recorrer aos escritos de Marx e Engels sem preconceitos, pois não é possível alcançar a emancipação humana se ancorado em pressupostos burgueses; estes, como já mencionado, são apenas conservadores e reacionários.

O segundo requisito dialoga com o primeiro, pois faz referência ao fato de o professor de Educação Física precisar conhecer a origem e a natureza da sociedade capitalista, isto é, compreender o processo histórico real. Ora, o objetivo maior da

Educação Física, a emancipação humana, passa a ter mais sentido quando o professor comprehende as mazelas que são geradas pelo conjunto das relações capitalistas. Nesse contexto, o entendimento das relações de dominação, de exploração e dos danos do trabalho alienado para a autoconstrução do homem é de suma importância. Isso leva o educador a identificar a real necessidade de o capitalismo ser superado enquanto um modo de produção.

Nessa perspectiva, Ivo Tonet (2005, p. 232) destaca que:

Uma ação educativa eficaz – em direção ao fim proposto – tem que nutrir-se de um conhecimento efetivo do processo real. É necessária uma compreensão, o mais ampla e profunda possível, da situação do mundo atual; da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital; das características essenciais da crise por que passa esta forma de sociabilidade; das consequências que daí advêm para o processo de autoconstrução humana; da maneira como esta crise se manifesta nos diversos campos da atividade humana: na economia, na política, na ideologia, na cultura, na educação; e também da forma como esta crise se apresenta na realidade nacional e local. Isto supõe, por parte de quem faz a educação, uma frequência constante e intensa ao saber produzido pelas ciências sociais.

O terceiro requisito diz respeito ao professor de Educação Física ter conhecimento da natureza essencial da educação e da Educação Física, bem como a função que esses dois complexos sociais podem exercer na construção de uma nova sociedade. Como já afirmado, essas duas dimensões da vida humana não ocupam a centralidade ontológica na transformação estrutural da sociedade, essa centralidade pertence ao complexo fundante do ser social que é o trabalho. Isso nos leva a afirmar, com base em Lukács (2013), que o trabalho é o modelo de toda práxis social, de todo o comportamento humano, e que este apresenta no seu interior dois tipos de posições teleológicas: a primária e a secundária.

A posição teleológica primária diz respeito ao intercâmbio material do homem com a natureza para extrair dessa atividade os elementos necessários para a satisfação das necessidades humanas, transformando objetos naturais em valores de uso. Por outro lado, a posição teleológica secundária é aquela que visa desenvolver novas formas de comportamento humano, influenciando os homens a realizarem determinadas posições. A partir da educação e da Educação Física é possível realizar um pôr teleológico secundário, que não está ligado à transformação da natureza, mas sim em uma intervenção sobre a consciência de outros homens, interferindo no seu comportamento e na forma de pensar.

Dito isso, passaremos, agora, a esclarecer qual é a natureza da educação e da Educação Física, tomando como ponto de partida os pressupostos de natureza ontológica e não as determinações da sociedade capitalista, tendo em vista que para esta a educação e a Educação Física não podem se constituir como uma mediação para a emancipação humana, uma vez que estes complexos estão subordinados aos interesses do capital, portanto, voltados para a reprodução dessa forma de sociedade. Assim, buscaremos esclarecer a natureza da educação e da Educação Física, mesmo que de forma breve, partindo do entendimento do trabalho enquanto complexo fundante do ser social.

Diante disso, o que nos interessa acentuar, aqui, é que sendo o trabalho:

[...] por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente, sua efetivação implica, por parte do indivíduo, a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos etc., comuns ao grupo. Somente assim o ato do trabalho poderá realizar-se. Esta apropriação tem dois aspectos fundamentais: um, voltado para o indivíduo; outro, voltado para a comunidade. No que toca ao indivíduo, ela é uma necessidade imprescindível para sua configuração como membro do gênero humano e não apenas como integrante da espécie (Tonet, 2012, p. 212-213).

A partir dessa citação é preciso esclarecer que os seres humanos não nascem com uma carga genética responsável por garantir de forma plena e acabada todas os conhecimentos e as habilidades necessários à sua existência (da concepção à morte), como ocorre com os demais animais. Isso significa que precisamos incorporar, a partir das interações estabelecidas com a natureza e com os outros seres humanos, um conjunto de conhecimentos que são responsáveis por orientar o ato do trabalho para a garantia da existência humana, bem como por tornar o indivíduo como membro partícipe do gênero. Por isso, podemos afirmar que o ser humano tem uma necessidade ontológica de ser educado, para que por meio dessa mediação ele possa se desenvolver como ser social.

Nesse sentido, a natureza da educação:

[...] consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano e, com isso, possibilitando a continuidade do ser social [...] A educação surge para desempenhar essa função imprescindível: através dela, cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens (Lima; Jimenez, 2011, p. 84, grifos nossos)

Com base nisso, resta, agora, esclarecer a natureza da Educação Física. Inicialmente é preciso que os professores entendam que ela é uma prática educativa, sendo, portanto, um complexo social e um momento necessário na formação do ser social (Mello, 2014). Entende-se que os indivíduos precisam incorporar os saberes culturais que são essenciais à humanização do homem, porém, é preciso destacar que isso não exclui as práticas corporais, pois a sua incorporação também é necessária para a formação do indivíduo como membro pertencente ao gênero humano, pois do trabalho foi originada uma cultura corporal⁹ que precisa ser ensinada para o conjunto da humanidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que a natureza da Educação Física é similar à da educação, uma vez que ela se constitui como uma prática educativa, na qual tematiza de forma específica a cultura corporal, sendo, assim, uma das mediações necessárias para a formação do ser social. Essa formação, no momento atual, é sempre precária e a natureza empregada a esses dois complexos sociais se articula com a reprodução da sociedade capitalista. Desse modo, apenas uma compreensão da natureza da educação e da Educação Física que leve em consideração os fundamentos ontológicos é que pode orientar uma práxis educativa, verdadeiramente, revolucionária, voltada para a emancipação humana.

O quarto requisito diz respeito ao professor de Educação Física ter domínio dos conteúdos específicos da cultura corporal. Com isso, não queremos afirmar, de modo algum, que o professor tenha que ser um atleta, um ginasta, um lutador ou um dançarino, mas sim que domine os conhecimentos da área que são necessários para a formação dos alunos. É válido destacar que essa concepção não tem como objetivo final o rendimento técnico-esportivo¹⁰, mas sim a emancipação humana. Dessarte, os

⁹ Nesse sentido, o Coletivo de Autores (1992, p. 32) reconhece que “[...] a materialidade corpórea foi historicamente construída e, portanto, existe uma cultura corporal, resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola. Alguns antropólogos e historiadores afirmam que o primeiro instrumento de trabalho do homem foi a mão. Supõe-se que a descobriu quando teve que atirar uma pedra para se proteger dos animais. Nessa ação, ele distendeu os tendões e compreendeu que com as mãos poderia fazer muitas coisas: caçar, pescar, lascar a pedra, construir cabanas e instrumentos de trabalho para garantir a sua sobrevivência. Assim o homem, simultaneamente ao movimento histórico da construção de sua corporeidade, foi criando outras atividades, outros instrumentos e através do trabalho foi transformando a natureza, construindo a cultura e se construindo”.

¹⁰ Isso não significa, de forma alguma, que questões técnicas e táticas serão elementos negados nas aulas de Educação Física, mas sim que serão trabalhadas e contextualizadas a partir dos diferentes espaços de atuação do ser social como o trabalho, o lazer e a prática esportiva. Entendemos que o gesto motor, a técnica, é uma construção cultural, sendo, ontologicamente, o elemento essencial da cultura corporal, estando presente desde o ato fundante do ser social, que é o trabalho, até as outras

jogos, as danças, as lutas, as ginásticas, os esportes e outras práticas corporais são trabalhados buscando alcançar esse fim, desenvolvendo novos valores que contribuem para a formação de uma nova sociedade.

Ao tratar sobre esse requisito, Tonet (2005, p. 234) ressalta que:

[...] de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a eles se tiver um saber medíocre, posto que a emancipação da humanidade implica na apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzida até hoje.

O domínio dos conteúdos específicos da Educação Física é de suma importância, mas para o desenvolvimento de uma práxis educativa emancipadora o ensino dos elementos da cultura corporal deve estar articulado com a prática social dos alunos, sendo os conteúdos de ensino uma mediação para o movimentar-se consciente e a compreensão crítica das contradições do capitalismo e da sua ameaça para a existência da humanidade. À vista disso, a partir de Tonet (2005), podemos afirmar que o momento predominante, mas não único, que faz de um professor de Educação Física um educador emancipador “[...] não está no seu compromisso político, mas no seu domínio do saber e da difusão do conteúdo específico e de um modo que sempre estejam articulados com a prática social”.

práticas corporais fundadas para além dele. Isso nos leva a afirmar que existe uma divisão na cultura corporal, da qual temos a cultura corporal de sentido *lato* e a cultura corporal de sentido *estrito*. A cultura corporal em sentido *lato* se vincula com o pôr teleológico primário, por meio do qual, ao transformar a natureza externa o homem também passou a transformar a sua natureza interna e a sua corporeidade, aprendo, aperfeiçoando e transmitindo para as novas gerações a forma mais precisa de se levantar, caminhar, correr, trepar, saltar, girar, lançar, rolar, puxar ou bater um objeto. Dessa forma, esses movimentos corporais estiveram, inicialmente, ligados à garantia da existência humana, isto é, ao trabalho. Ao longo do tempo universalizaram-se, estando, hoje, presentes em todas as formas de sociedade constituídas pelo homem. Os movimentos pertencentes à cultura corporal em sentido *lato* não se separam do trabalho na sua forma originária, porém, não estão mais vinculados unicamente a ele, sendo os seus movimentos realizados no interior de outras atividades do ser social. Isso ampliou o horizonte da cultura corporal, dando origem à cultura corporal em sentido *estrito*, que se vincula com o pôr teleológico secundário, sendo formas de expressão da cultura corporal como as de sentido *lato* como o levantar, o caminhar, o correr, o trepar, o saltar, o girar, o lançar, o rolar, o puxar ou o bater, mas que não se relacionam diretamente com o trabalho e sim com os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas, os jogos, as brincadeiras e outras práticas corporais que integram as atividades de ocupação do tempo livre ou formativa do ser social. Cabe destacar que não pode haver uma fronteira entre essas duas formas de cultura corporal, mas sim uma mútua influência entre elas na vida do ser social. O que nos interessa, neste momento, é compreender a relação entre elas e delas com a totalidade social e com a formação do homem. Nesse sentido, é preciso que seja dito, por ora, que o objeto de estudo e de ensino da Educação Física escolar é a cultura corporal em sentido *estrito*, no qual por meio dela é tratado, pedagogicamente, os jogos, os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas e outras práticas corporais, caracterizadas como atividades expressivas comunicativas que possuem sentidos e significados que as vinculam a uma dimensão do fazer lúdico, artístico, estético, agonístico e místico, realizadas fora do trabalho.

O quinto e último princípio de uma atividade educativa emancipadora na Educação Física escolar consiste na articulação da práxis educativa com as lutas da classe trabalhadora. Isso porque essa classe ocupa uma posição decisiva na estrutura produtiva, porque é ela que produz todos os bens materiais no interior da sociedade capitalista, na qual esses bens estão voltados para a satisfação das necessidades do capital e não para as necessidades humanas como será em uma sociedade comunista. Essa articulação é necessária visto que apenas o projeto histórico de sociedade defendido pela classe trabalhadora é que pode garantir condições dignas de existência para toda a humanidade.

Diante disso, é preciso que a classe trabalhadora entenda que o fim do capitalismo só é possível com a superação do trabalho assalariado e a entrada em cena do trabalho associado, sendo este último o responsável por fundar uma sociedade comunista, onde os indivíduos poderão satisfazer todas as suas necessidades humanas, tendo em vista que “[...] teremos uma sociedade na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o desenvolvimento de todos” (Marx; Engels, 2016, p. 115). A construção dessa sociedade está nas mãos da classe trabalhadora, sendo esta uma possibilidade real, restando apenas a formação de uma consciência coletiva, revolucionária, que pense para além do capital.

Por último, cabe destacar que os apontamentos aqui levantados fazem referência a uma *Concepção (Abordagem) Histórico-Ontológica da Educação Física*, ainda em construção, sendo, portanto, este o primeiro ensaio sobre ela. Consideramos isso porque passamos a conceber uma outra configuração para a Educação Física escolar, estabelecendo alguns requisitos que são necessários para uma nova prática educativa, porém, sem apresentar no seu interior uma sistematização metodológica. Levando em consideração a classificação em torno das teorias da Educação Física, realizada por Castellani Filho (1999), podemos afirmar que essa é uma concepção *propositiva não sistematizada*, estando no mesmo grupo de outras concepções pedagógicas da área, como a Desenvolvimentista, a Construtivista e a Crítico-Emancipatória, mas que se fundamenta em um novo referencial teórico e metodológico, o qual defende o desenvolvimento de uma práxis educativa, verdadeiramente, revolucionária, tendo como fim maior da educação e da Educação Física, a emancipação humana.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo discutir sobre a possibilidade de serem desenvolvidas na Educação Física escolar, no atual contexto da crise estrutural do capital, atividades educativas concretas que possam contribuir para a emancipação humana. Para atingir esse fim, realizamos uma pesquisa bibliográfica, ancorada nos pressupostos onto-metodológicos, e constatamos que o Estado tem como função social defender os interesses da classe dominante e garantir as relações de dominação e de exploração de uma classe sobre a outra, sendo necessário para isso uma intervenção reguladora sobre os diferentes complexos sociais que compõem a realidade humana, dentre eles o educativo e o da Educação Física.

Paralelo a isso, identificamos que a educação escolar é organizada, em suas formas e em seus conteúdos, pelo Estado, de tal forma que os seus interesses sejam atendidos e não combatidos, sendo no contexto da crise contemporânea do capital reforçados os mecanismos de controle sobre a educação, o que dificulta o desenvolvimento de qualquer proposta sistematizada de educação que busque ser emancipadora, libertadora, crítica ou que aponte para a superação da sociedade capitalista. Isso significa que as pedagogias socialistas não encontram condições objetivas para serem desenvolvidas no interior da sociedade brasileira, uma vez que para isso é preciso uma nova realidade objetiva.

Diante dessa conjuntura, constatamos que, apesar do controle político, ideológico e administrativo posto pelo Estado no interior da escola capitalista, ainda encontramos pequenos espaços onde pode ser desenvolvida uma práxis educativa revolucionária na educação e, especificamente, na Educação Física escolar. Não se trata de uma pedagogia sistematizada, mas de atividades educativas com um caráter emancipador, isto é, articuladas, de modo direto ou indireto, com a luta histórica pela superação do capitalismo. Nesse contexto, o fim maior da educação e da Educação Física passa a ser a emancipação humana, alcançada apenas por meio de uma revolução social liderada pela classe trabalhadora.

Resumidamente, essas atividades são orientadas a partir de cinco requisitos: 1) o conhecimento acerca do fim a ser atingido com a educação e a Educação Física; 2) a apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista, tendo como base de estudo a teoria marxiana; 3) o conhecimento da natureza específica da educação e da Educação Física; 4) o domínio

dos conteúdos da cultura corporal e uma práxis educativa ligada com a prática social dos alunos; 5) a articulação das atividades educativas às lutas sociais da classe trabalhadora, deixando clara a necessidade histórica de superação do capitalismo para a construção de uma sociedade, verdadeiramente, emancipada.

Bibliografia

- CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas.** 1999. 185 p. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, campinas, 1999.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- LIMA, Marteana Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, v. 27, nº 2, p. 73-94. Belo Horizonte, agosto de 2011.
- KUNZ, Elenor. **Tranformação Didático-pedagógica da Educação Física.** 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política:** Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, KARL. **Sobre a Questão Judaica.** São Paulo: Boitempo. 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Lisboa: Guerra e Paz, 2016.
- MELLO, Rosangela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola:** os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MESZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 4. 2000.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; MACENO, Talvanes Eugênio. Educação, reprodução social e crise estrutural do capital. In: BELTOLDO, Edna; MOREIRA,

Luciano, Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana. (orgs.). **Trabalho, educação e formação humana.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ROSSI, Rafael. **Lukács e a educação.** Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante:** crítica à integração da escola com o mercado. São Paulo: Instituto Lukáscs, 2017.

TAFFAREL, Celi Zulke; MORSCHBACHER, Marcia. Crítica a teoria crítico-emancipatória: um diálogo com Elenor Kunz a partir do conceito de emancipação humana. **Revista Corpus et Scientia.** v. 9, n. 1, p. 45-64, jan. 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo.** 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. In: **Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, 2014.

TONET, Ivo. **Educação Contra o capital.** 3. Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TONET, Ivo. **Método Científico:** uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.